

Dinheiro no Ralo

Dinheiro público
Um hospital cuja planta encolheu 85% e que encareceu 300% desde que começou a ser construído (e ainda não está acabado); uma enorme estação de tratamento de esgotos no Caju, não ligada a qualquer manilha sanitária; um presídio de segurança máxima, tão fechado que nem os dejetos dos detentos podem sair, por absoluta falta de rede de esgotos e calçadas de concreto com a espessura de uma folha de papelão, são apenas alguns dos absurdos encontrados entre as obras do governo estadual, por auditores do Tribunal de Contas do Estado.

Essas irregularidades já causaram desperdício calculado em 240 milhões de reais aos cofres públicos, num total de obras orçadas em 800 milhões. O subsecretário de Projetos Especiais (do governo passado), Carlo Roberto Koeler, nega o desperdício, mas as evidências deixam claro algo errado no processo de licitação e acompanhamento das obras do Estado. Os auditores, apelidados de "Intocáveis", estão sofrendo pressões semelhantes às vividas pelo agente Elliot Ness, quando decidiu investigar o crime organizado de Chicago nos anos 30. São telefonemas ameaçadores à noite e impedimento de entrar em certas obras. As pressões obrigaram o presidente do TCE a pedir proteção policial.

Entre as obras questionadas, está o emissário submarino de Icarai. O custo foi estimado em 9,2 milhões e para soldar os tubos

a empresa vencedora deveria ter um tipo especial de equipamento. Não tinha e a obra atrasou. Em lugar de ser multada, pediu novo orçamento e só não conseguiu devido ao veto do TCE. Outro ralo está nas obras do "Baixada Viva". Segundo os técnicos do TCE, dos 140 milhões em obras visitadas, 42 milhões foram pagos e não executados como uma creche que deveria estar funcionando num terreno onde só há fundações e mato.

Entre os hospitais em construção, o de São Gonçalo, segundo os "intocáveis", não passa de um posto de saúde de luxo e o de Itaboraí já custou 4,7 milhões, encolheu e ainda faltam estação de tratamento de esgotos, gerador, caldeira e cozinha para que possa funcionar. Os fiscais do TCE já emitiram 100 notificações, 50 citações e 30 multas.

As irregularidades mostram a necessidade de tornar o orçamento transparente e acompanhado pela comunidade. Em países ricos, os cidadãos intervêm até no aspecto físico das obras públicas, os recursos públicos são exaustivamente discutidos e empresas que não cumprem com o estabelecido são severamente punidas. O que falta é adotar maior controle, por parte do Legislativo, para acompanhar as obras por ele aprovadas. Depois que a porta foi arrombada é sempre mais difícil ressarcir o prejuízo causado por erro ou dolo. Prevenir é o melhor remédio para manter a saúde das contas públicas.

07 SET 1999

JORNAL DO BRASIL